

Análise das Discussões em Grupo com delegados da Polícia Civil de São Paulo

Adriana Loche

O grupo dos delegados foi composto por 08 profissionais, todos delegados assistentes, representando as oito delegacias seccionais do município de São Paulo. Havia, portanto, delegados de regiões mais centrais e nobres do município bem como delegados de regiões mais pobres e periféricas. O contato com este grupo foi feito pelo Instituto São Paulo contra a Violência.

1. Relacionamento com a população

O relacionamento da polícia com a população foi abordado, especificamente, por meio do questionamento sobre o relacionamento dos delegados ou das delegacias com os moradores dos bairros nos quais atendem. Solicitou-se aos presentes que ressaltassem os problemas e as vantagens deste relacionamento e também os problemas e as vantagens que identificam em seu bairro ou no seu trabalho.

Três formas de relacionamento entre a polícia e a comunidade foram ressaltadas: os Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg); os plantões policiais e as delegacias participativas, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos. No relacionamento com o bairro, foram mencionadas as dificuldades em se trabalhar na periferia do município, onde as delegacias são menos equipadas e a carga de trabalho é maior.

Conseg: pontos positivos e negativos

O Conseg foi citado por todos os participantes como o principal meio de relacionamento entre polícia e comunidade, sendo avaliado como um importante instrumento de aproximação da comunidade, por três motivos:

1) Abre um espaço de diálogo entre estes dois setores. Na percepção de muitos delegados, o Conseg é um importante instrumento de aproximação porque abre um espaço para o diálogo entre a comunidade e polícia, que, praticamente, inexistia antes da criação dos conselhos.

“(...) Tenho como assistente a oportunidade às vezes de vir ao Conseg, onde são discutidos os problemas, não só de segurança propriamente dito, mas problemas assim de ordem administrativa, relativo a subprefeituras ou administração regional (...) Nas poucas vezes que eu tive a oportunidade de ir, tive a sensação que a comunidade é bem receptiva aos órgãos de segurança, ela quer se aproximar, o pessoal quer dialogar, quer conhecer o delegado, quer conhecer a equipe toda, o comandante da Polícia Militar e são feitas reivindicações”.

“O colega citou ali a respeito do Conseg, eu gostaria de começar pelo Conseg, quando instituíram o Conseg a idéia era boa, como é boa, de trazer a comunidade, de trazer informações ali na região, aquela troca”.

“(...) Nós tínhamos, antes da existência do Conseg, um relacionamento distante entre sociedade e polícia. Nós tínhamos o braço da segurança do Estado, onde o delegado não se relacionava com o seu bairro, com a sua localidade”.

“A minha experiência no relacionamento com a população, com o Conseg, na minha opinião, é a melhor possível e acho que é isso que a juventude da polícia deve esperar daqui para frente. Nós todos que somos jovens devemos participar com muito mais atenção... temos que tentar mudar as coisas e mudar a nossa cara”.

“Acho que o Conseg é uma boa solução para a polícia se aproximar do povo”.

2) Transfere responsabilidades para a comunidade. Além de ser um importante canal de diálogo, o Conseg foi avaliado positivamente pelos presentes devido à sua capacidade de transferir, à comunidade, responsabilidades que antes eram exclusivas do Estado.

“Nós temos o apoio de grandes empresas que nos ajudam com a reforma do prédio, essas coisas, reparos pequenos”.

“(...) O delegado, administrador, seccional, não tinha para quem pedir. A realidade é que ele ficava numa situação de ver os seus instrumentos, a sua sede, o seu presídio super lotando e não tinha para quem reclamar. Num segundo momento, não muito distante, eu não lembro agora quando da criação do Conseg, mas num segundo momento surge o Conseg como uma forma de transferir parte da responsabilidade para a sociedade. Aquilo que o Estado não nos fornecia, a forma como o policial era tratado pelo Estado foi sendo minimizado pelo Conseg. É claro que isso tem um

preço. Nós não podemos também deixar de fechar os olhos para isso. (...) Viaturas: há pouco tempo não tínhamos manutenção de viaturas. Não que isso tenha sido sanado, mas há pouco tempo nós não tínhamos manutenção. A viatura quebrava, isso num departamento especializado, onde nós trabalhamos, aquelas veraneios antigas, quando tinha problema de peça, o delegado tinha que colocar dinheiro do bolso, porque senão não iria esclarecer homicídios, não iria para periferia, não iria conseguir sequer manter uma meta de esclarecimentos de homicídio. É a pura realidade, muitas vezes acabava o combustível lá no fundo da zona sul e você tinha que colocar do bolso”.

Entretanto, esta responsabilidade, de acordo com os relatos, não se estenderia à participação da sociedade no processo de definição de políticas públicas ou de tomada de decisões, ficando restringida ao conserto de viaturas, manutenção das instalações etc.

3) melhora das condições de trabalho da Polícia Civil. Um terceiro ponto positivo ressaltado pelos presentes é a pressão feita pelo Conselho para a desativação das carceragens nos distritos policiais. Os delegados têm consciência de que esta ajuda é parcial, pois apenas transfere o problema para outros distritos, em geral, para aqueles em que o Conselho não é tão atuante. Apesar disto, esta ação é percebida como um importante auxílio da comunidade, pois traz maior tranquilidade ao distrito policial.

“O Conseg mais atuante consegue resolver o problema dos presos, transfere os presos para um outro local, ou seja, vamos prejudicar o outro colega da outra seccional, pega dez daqui, manda para a segunda seccional, dez lá para a oitava e o grupo daquela seccional fica numa situação mais tranqüila”.

Os delegados ressaltam que há fortes diferenças entre os conselhos existentes na periferia e no centro da cidade, que, em geral, são mais ativos que os primeiros.

“Então o que se tem procurado é que as pessoas freqüentem as reuniões do Conseg com maior assiduidade”.

Na periferia, além da dificuldade de trazer pessoas para as reuniões, é muito difícil que a população colabore, devido às suas condições sócio-econômicas. Nos bairros mais centrais ou de maior poder aquisitivo, a ajuda da comunidade é maior e os Conselhos são, em geral, mais ativos.

“(...) Você vê uma reunião do Conseg em um bairro de maior poder aquisitivo, você vê a delegacia de polícia deste bairro e vê uma delegacia de um bairro de menor poder aquisitivo, é incrível a diferença, por quê?

[grifo nosso] Lá não existe sociedade organizada, o pessoal é pobre, miserável, vai analisar o quê? Mal tem leite para dar para as crianças em casa. O que eles vão organizar? É diferente de um bairro de classe A, bairro de classe mais elevada.

A maioria dos delegados fez ressalvas ao Conseg, criticando, em especial, a forma pela qual as discussões sobre a segurança pública vêm sendo conduzidas pela população durante as reuniões do conselho. Segundo eles o Conseg estaria sendo desviado de sua finalidade, que seria tratar de aspectos de segurança pública.

Esta ressalva está diretamente relacionada à concepção que os delegados têm sobre o que seria segurança pública. Em suas falas é possível observar que “segurança pública” é compreendida como sinônimo de polícia, negando todos os outros aspectos contidos neste termo.

Em seus relatos, os policiais falam que, nas reuniões, os moradores da região estão mais preocupados em discutir temas relacionados a problemas de infra-estrutura dos bairros, como falta de iluminação pública, buracos na rua, poda de árvores entre outros, e muito menos preocupados em discutir as questões relacionadas à polícia e/ou policiamento. Quando discutem especificamente sobre a polícia, em geral, o fazem para cobrar a ausência da Polícia Militar.

A discussão desses problemas não relacionados à polícia ou ao policiamento, na opinião dos delegados, estaria desvirtuando a função do Conseg, fazendo com que a participação obrigatória nestas reuniões seja entendida como perda de tempo. Os delegados, questionam ainda, a presença de representantes da prefeitura nestas reuniões.

“Esses temas têm tomado mais tempo nas reuniões do que propriamente segurança pública. Discute-se a lombada que não foi colocada, a placa que está faltando, o barulho de um bar, coisas assim dessa natureza, o destino final da reunião, que seria segurança pública, fica muitas vezes diminuído e o tema não é aprofundado”.

“O Conseg hoje, a meu ver, e eu acho que para a maioria dos colegas, não que ele perdeu a essência de ser, mas os temas hoje debatidos e cobrados são outros, menos polícia. Então você vai numa reunião de Conseg, o cidadão pega e ele vem falar da poda da árvore que está atrapalhando a casa dele, que a calçada está com buraco, então começa a desvirtuar o problema de policiamento, quer preventivo, quer o policiamento de investigação. (...) O Conseg precisaria voltar ao que realmente ele é destinado, onde existe o capitão da Polícia Militar e um delegado de polícia”.

“Realmente o Conseg, ultimamente, está desvirtuando a sua finalidade, tenho o prazer de participar de algumas reuniões e ao chegar lá, realmente foi o que o colega falou, poda de árvore, calçada, iluminação etc.”.

“Na reunião do Conseg, como foi dito aqui, discute-se tudo (...) e as finalidades do Conseg acabam sendo desvirtuadas”.

“É uma questão de se direcionar. No lugar de se discutir bueiros, conserto de ruas, vamos falar sobre segurança pública. Então, pelo que eu vejo na minha região, é uma região que tem 2 milhões de habitantes, os delegados titulares, acho que em outras seccionais também, os delegados titulares todo mês, mensalmente, se reúnem com as comunidades, com os representantes das comunidades no bairro, então é reunido o delegado titular, o capitão da Polícia Militar, um representante da prefeitura. Eu acho que não seria bem na questão de segurança que se inclui um representante da prefeitura, mas é de praxe, isso aí deveria ser direcionado para a segurança pública.”

Quanto aos assuntos de policiamento debatidos nas reuniões do Conseg, os delegados afirmam que eles se reduzem a cobranças da população em relação à ausência da polícia e queixam-se que estas críticas sejam a eles dirigidas, uma vez que se referem à Polícia Militar e não às funções específicas da Polícia Civil.

(...) Então vem cobrar do delegado uma viatura que seria de patrulhamento preventivo, o que é de responsabilidade da Polícia Militar. Nós sim elaboramos o Boletim de Ocorrência, instauramos um Inquérito Policial, vamos apurar os fatos, vamos apurar a autoria dos delitos, as perícias necessárias. Isso sim faz parte da Polícia Civil, é o que tem que ser cobrado da Polícia Civil, um inquérito policial bem feito, um inquérito policial que tramite rapidamente.

“Muito do que se fala nas reuniões do Conseg é cobrança. A maior parte, 90%, são questões relacionadas à Polícia Militar, cobrança quanto ao: policiamento de rua, policiamento ostensivo fardado. (...) Então, no Conseg a maioria das reclamações é de policiamento ostensivo, da Polícia Militar, muitas vezes a Polícia Militar está ausente nas reuniões do Conseg, e vem reclamar para o delegado titular, o delegado titular tem uma série de outros encargos que não o policiamento fardado na rua”.

Na percepção de alguns delegados, muitas vezes as reuniões do Conseg são utilizadas para resolver problemas pessoais ou para autopromoção de pessoas da comunidade, prejudicando igualmente o bom andamento das reuniões do Conseg.

“Muitas vezes aqueles que freqüentam o Conseg querem resolver o problema particular, no fundo ele não quer trazer o problema da região: ‘olha, eu fiquei sabendo que tem tal coisa’. Ele diz: ‘olha, na minha rua’”.

“Na reunião do Conseg cada um procura o seu interesse pessoal, até mesmo político. É comum observarmos candidatos a candidatos utilizar o Conseg para se promover perante a sua localidade”.

A partir destes relatos, observa-se que os delegados têm uma ambígua posição em relação ao Conseg, avaliando o tanto positivamente quanto negativamente. Embora o considerem um importante meio para auxiliar a polícia, inclusive no que diz respeito à transferência de recursos para melhor equipar as delegacias, as suas reuniões são percebidas como apresentando vários problemas. Neste sentido, é criticado o tratamento de problemas que, na opinião de muitos deles, não dizem respeito à segurança pública; o levantamento de reclamações que não são de responsabilidade dos delegados e a utilização do Conseg para promoção individual.

A ambigüidade, no entanto, não se restringe ao relacionamento com a comunidade, mas também ao relacionamento com a Polícia Militar - em especial durante as reuniões -, o que, sem dúvida, dificulta o diálogo entre ambas.

Delegacias participativas: pontos positivos e negativos

Uma outra forma de se relacionar com a comunidade, na opinião de alguns delegados, é por meio das delegacias participativas, criadas pelo governo de Estado para oferecer um atendimento diferenciado à comunidade. O principal objetivo destas delegacias é diminuir o tempo de espera daqueles que buscam o serviço, oferecendo respostas rápidas, inclusive para problemas que não são de cunho policial. As delegacias participativas têm salas de espera com televisão e entradas separadas para o público e para os presos, além de contar com atendimentos jurídico e social gratuitos.

“A gente possui uma unidade que é uma delegacia, tipo uma unidade comunitária, onde tem uma autoridade policial que mantém o maior contato com a população, para poder solucionar problemas sociais, vaga escolar, colocação de algumas pessoas em locais de trabalho e uma ocupação dos adolescentes em atividades recreativas e esportivas”.

“O que é delegacia participativa? É conseguir melhorar o atendimento que os colegas disseram do plantão. Então é termos um televisor, uma máquina de café, uma máquina de refrigerante. A idéia é diminuir o tempo de permanência e que essa permanência do cidadão na delegacia seja

pelo menos mais tranqüila, mais aconchegante, menos traumatizante. Fala-se em colocar assistente social, psicólogo, eu acho isso fundamental. Então, nesse terceiro momento o Estado está procurando melhorar o relacionamento polícia-cidadão”.

“(...) Eu acho que a solução dada pelo governo do estado com a delegacia participativa, apesar de vagarosa a sua implantação, tenho certeza de que o caminho é esse. Eu acho que a saída dos presos facilita o trabalho policial na medida em que os policiais não têm uma preocupação a mais nas suas costas e a frente da delegacia, o saguão da delegacia pode parecer que não, mas influencia muito no atendimento. O próprio policial vai se sentir motivado a ir trabalhar com o cabelo cortado, barba feita e com uma roupa limpa, coisa que eu vi muito acontecer de maneira contrária. Eu próprio não vesti o meu melhor terno para trabalhar no plantão, porque eu sabia que ele ia sujar, então eu ia ter que gastar dinheiro depois na lavanderia, porque terno não se lava em casa e os nossos vencimentos não permitiam aquilo. Então, a delegacia participativa, no meu ponto de vista, é um caminho sem volta para valorização da Polícia Civil e para que a delegacia seja um ponto de referência”.

De forma geral, todos os delegados presentes apóiam esta iniciativa do Estado, percebida como uma forma de recuperar a auto-estima do policial, que passará a trabalhar em um ambiente mais agradável e, portanto, cuidará melhor de sua aparência.

Um outro ponto positivo ressaltado é que as delegacias participativas, ao oferecerem um serviço de assistência social e jurídica, permitem respostas rápidas às demandas que chegam às delegacias, melhorando o atendimento à população. Esta melhoria ajuda a resgatar, pelo menos em parte, a credibilidade depositada na Polícia Civil.

O principal ponto negativo ressaltado em relação às delegacias participativas é que elas têm sido implementadas apenas em áreas nobres da cidade ou naquelas unidades onde não existem mais carceragens. Contudo, nas áreas mais periféricas as delegacias continuam funcionando de forma precária, com pouca infra-estrutura. Diante de tal situação, uma das sugestões dos delegados é a de começar a instalar as delegacias participativas a partir da periferia, onde a população necessita mais da polícia e dos serviços diferenciados que elas oferecem à comunidade.

Outro policial, que também avaliou este procedimento inadequado às realidades sociais, afirmou que buscou o auxílio dos comerciantes locais para reformar a sua delegacia, no intuito de transformá-la em um local mais “agradável” para os seus usuários, e, assim, tentar minimizar a diferença entre centro-periferia.

“Hoje estamos colocando na nossa delegacia, apesar de cem presos, porque essa delegacia participativa [mencionada acima] que não tem preso é na área nobre, mas lá na periferia estamos tentando fazer de uma certa forma isso com a ajuda dos empresários. Então hoje tem no plantão uma televisão, colocamos um bebedouro, enfim, fizemos uma reforma para amenizar aquelas duas horas”.

O serviço diferenciado oferecido por este tipo de delegacia é visto como um caminho sem volta, importante para restabelecer o contato polícia-comunidade e, principalmente, para recuperar a credibilidade na Polícia Civil. Entretanto, os policiais queixam-se de que as regiões mais nobres estão sendo beneficiadas em detrimento de áreas onde há maior necessidade dos serviços prestados pelas delegacias participativas.

Plantão policial: pontos positivos e negativos

Os delegados afirmam que o relacionamento mais estreito entre polícia e comunidade é aquele que se dá durante o trabalho cotidiano da polícia, ou seja, no plantão policial. Neste caso, o relacionamento com a população se restringe basicamente ao atendimento dos casos que chegam a uma delegacia.

A maioria dos presentes afirma que, apesar de dificuldades enfrentadas – em especial nas delegacias que estão na periferia –, não há pontos negativos no relacionamento com a população. Segundo os participantes, as delegacias atendem toda a população, não existindo, portanto, nenhum tipo de dificuldade de relacionamento.

“Em todas as oportunidades na minha carreira, como delegado, nunca tive problemas e, praticamente, nunca vi um colega ter problema, porque a gente procura realmente atender fora dos nossos limites. (...) Então o relacionamento com o bairro é excelente. Quem procurar a autoridade policial, tenho certeza, não vai deixar de ser atendido”.

“Agora falando sobre o relacionamento com a população, sociedade. Acho que a Polícia Civil, como os colegas já disseram aqui, o maior relacionamento é o plantão, o delegado de plantão que é autoridade fica ali sábado e domingo, 24 horas por dia, feriados, atendendo à população carente. A população quando precisa meia noite, duas horas da madrugada não encontra nenhum órgão público, vai a uma delegacia de polícia, então muitas vezes o delegado é assistente social, encaminhando causas que não são efetivamente da polícia judiciária, encaminha saúde, prefeitura etc.”.

“Apesar das dificuldades que um bairro de periferia tem, super populoso, o relacionamento da polícia com a população é boa”.

Os delegados ressaltam que o relacionamento tende a ser melhor entre aqueles policiais que permanecem mais tempo em um mesmo distrito. As mudanças constantes, promovidas pela administração da polícia, são um empecilho para se consolidar um bom relacionamento entre polícia e sociedade.

“Um aspecto que a gente salienta: o policial que está a mais tempo na região, mais tempo na área, ele passa a conhecer a comunidade, passa a ter um contato mais estreito entre polícia e comunidade. Muitas vezes, as mudanças que ocorrem prejudicam sensivelmente esse tipo de relacionamento, da pessoa ser deslocada para uma área que nem sabe onde fica o distrito, não conhece nada do bairro. Quando o policial está a mais tempo no lugar a afinidade é maior entre polícia e comunidade e os resultados aparecem com o tempo”.

Na percepção dos delegados, o principal aspecto negativo do relacionamento que se dá entre a polícia e a comunidade no plantão policial é a falta de estrutura, seja em termos de recursos materiais ou de recursos humanos. Ou seja, há uma percepção generalizada entre os participantes de que uma melhor gestão dos recursos destinados à polícia resultaria em um melhor relacionamento com a população. Em suma, os delegados ressaltam que os pontos negativos em seu relacionamento com a comunidade referem-se muito mais à ausência de infra-estrutura ou de uma política de valorização de recursos humanos do que problemas com a comunidade por eles atendida.

Imagem da polícia

Um importante ponto a ser ressaltado e que tem influência direta na forma como a polícia se relaciona com a comunidade diz respeito à imagem que a corporação tem de si mesma, da comunidade e de outros órgãos.

Em relação à sua auto-imagem, pode-se dizer que os policiais têm uma posição ambígua pois, ao mesmo tempo em que valorizam o seu trabalho, percebem que são desacreditados pela sociedade.

“O delegado exerce uma função muito importante. Acho que ele está até indissociável da nossa imagem de Estado. Se acabar com o delegado de polícia hoje, eu tenho certeza que a sociedade brasileira está ferrada, eu tenho certeza disso aí”.

“A Polícia Civil está sim na frente, ela é o escudo da sociedade. Ela que propicia a punição no nosso Estado, e como determina a Constituição, promove a ressocialização do marginal. Se nós não atuarmos eficientemente, essa atuação nossa é burocrática e intramuros, esse cara

não será ressocializado, vai voltar a delinquir, então um dos fatores para que não ocorra a reincidência é o nosso trabalho efetivo bem feito, se depois o Judiciário, Secretaria de Administração Penitenciária vão fazer a parte dela, é um outro debate”.

“(...) Porque para a população nós somos um bando de débeis, incompetentes, todos assim... é verdade, não consegue solucionar o básico, que é atribuição específica nossa. Falta-nos poder”.

“Quando se fala em criminalidade, sempre dá uma bordoadada na polícia. A polícia é sempre culpada de tudo, em virtude de ser a primeiro em contato com a sociedade. Mas ninguém vê que após a elaboração do Boletim de Ocorrência, do inquérito policial, para juiz, promotor, as leis são falhas. Como eles falaram, tem que mudar o sistema, tem que mudar a Constituição, tem que mudar a menoridade penal, a prefeitura, o Estado, a União”.

“A idéia que eles têm da polícia é a seguinte: falta armamento, não tem viatura, faltam policiais, os policiais são mal educados, tratam mal a população, são corruptos, truculentos e eles não diferenciam uma polícia da outra. Uma coisa que eles sabem, se eu pegar todas as dissertações, todos sabem o seguinte: a polícia está mal aparelhada e ganha mal, por isso que existe corrupção e por isso que o policial não trabalha na delegacia. Trabalha em tudo que é lugar menos na delegacia.

“Agora, na delegacia você entra, parece portas abertas, tudo largado, não tem ninguém”.

Há quase um consenso entre os delegados de que eles são superiores aos oficiais da Polícia Militar, por serem bacharéis de direitos. Entretanto, eles se sentem em uma posição inferior a dos oficiais da Polícia Militar, porque acreditam que os últimos têm mais autoridade do que eles, porque ganham melhor, gozam de mais privilégios e têm o respaldo da corporação.

“O que o oficial da PM faz hoje? Qual a utilidade dele para a sociedade? Nenhuma. Um coronel da PM serve para quê? E ganha quanto, 10, 12, 15 mil reais e não serve para nada. Então extingue a PM, pega quem quer trabalhar e coloca na Polícia Civil, deixa sob o nosso comando e faz isso que vocês estão falando, acabou o problema. É rapidinho e vai ficar baratinho viu, vai ficar bem baratinho. E outra coisa, a polícia hoje [PC], como o colega disse, está sempre aberta, 24 horas por dia”.

“O interessante é que o soldado da PM quer ser investigador... cabo até o tenente, os aspirantes que querem ser funcionários da Polícia Civil”.

“Às vezes um capitão da Polícia Militar, não se entende com delegado de polícia, que na maioria das vezes é um titular de primeira classe que corresponde a um tenente coronel. Então está dando choque isso, porque o capitão começa a não respeitar um colega plantonista, porque nós temos muitos colegas plantonistas segunda classe, como se fosse um major, então o rapaz às vezes é um capitão da Polícia Militar, com os seus méritos, ele não fala nem mais com o delegado plantonista. Isso é um absurdo porque a autoridade policial é o delegado de plantão”.

“(…) Então quando acontece um crime em determinado local, está havendo um estupro em determinada região de São Paulo, quem é cobrado? A Polícia Civil, certo? Mas por que a Polícia Militar não estava lá prevenindo?”.

“(…) Eu acho que quantidade a gente tem que olhar para a PM, então enche a rua de PM, agora qualidade é com a Polícia Civil. Não adianta inchar a Polícia Civil, nós temos que ter qualidade, temos que investir nos nossos homens, para que eles sejam até gênios, para que eles sejam bidus, para descobrir os crimes”.

“(…) Na verdade, quem trabalha é a Polícia Civil. É fácil, é só comparar, qual a responsabilidade de um capitão de companhia e de um delegado titular. Compara, é fácil, pega um capitão de uma companhia, que é equivalente a um delegado titular e vê qual a responsabilidade. O capitão não trabalha a noite, final de semana, ele tem os comandados dele, ele passa a responsabilidade do sargento para o cabo. E o delegado titular, o que ele tem? (...) Eles trabalham de Segunda a Sexta-feira e ainda tem um dia de semana para assuntos particulares. Nós não temos, nós trabalhamos 24 horas. Quando o colega falou ali que a delegacia às vezes tem 4 plantonistas, mas são 4 delegados plantonistas para 24 horas do dia, não é só durante o dia, dá uma impressão que são 4 delegados para Segunda a Sexta-feira. Não é isso, são 4 delegados, 24 horas de Segunda a Segunda, feriado, Domingo etc.”.

“(…) Olha só, a Polícia Militar tem um setor de comunicação. Quando acontece alguma coisa vem o coronel lá que é assessor de comunicação e tal. Na Polícia Civil não vejo nenhum delegado de comunicação, alguém já viu?”

Na fala dos delegados, fica evidente não apenas a sua opinião sobre o papel da Polícia Militar como também o quanto é tensa a relação entre as duas corporações.

2. Expectativas da população

O tema referente às expectativas da população em relação ao trabalho desenvolvido pela Polícia Civil foi abordado espontaneamente por alguns participantes e

foi aprofundado posteriormente. De forma geral, os delegados acreditam que a população espera que a polícia resolva todos os seus problemas, sejam eles de ordem policial ou não.

Em termos de policiamento, para alguns participantes, a população deseja uma polícia próxima, que a atenda bem e seja eficiente, além de ser enérgica e rápida na resolução dos casos.

“Eles esperam uma polícia próxima, uma polícia eficaz. Não adianta o camarada ir à delegacia desesperado e a gente dar leite para ele, embora ele precise de leite, café, açúcar etc e tal. Ele precisa de uma solução eficaz e de uma polícia mais enérgica. Se ele voltar lá no barraco e o vizinho não se entender com ele, vai riscá-lo de faca ou enchê-lo de tiro. Então, são atividades de polícia judiciária, de polícia de investigação com maior eficácia naquele atendimento. (...) O que a população espera? Atender o que a população de cada circunscrição deseja. Para isso, o que a polícia precisa? De que a população também diga o que ela quer da polícia, para que a polícia possa avaliar e estar avaliando se, dentro das condições, competência, atribuição dela, ela pode retribuir o que está sendo esperado. (...) É uma polícia mais efetiva, mais eficaz”.

“A população quer alguém perto dela, um policial próximo. Policiamento que a sociedade deseja? Primeiro, quando for à delegacia o bom tratamento. (...) Então eu acho que a população espera o que nós também esperamos. Nós queremos dar esse bom atendimento, está certo?”.

“A população vai à delegacia querendo segurança, que pegue o sujeito pela mão ou a senhora que está chorando porque foi vítima de um estelionato, o conto do bilhete, entra em prantos, quer que o delegado ou algum funcionário pegue pela mão e fale: ‘nós vamos cuidar do seu caso’, mesmo sabendo que o caso dela poderá entrar numa fila de centenas. (...) O que a população quer é ver a sua polícia, assim como o seu posto médico atendê-la bem”.

“A sociedade quer uma polícia preparada e que lhe possa servir com qualidade. Ela quer ver um policial como um paradigma, um exemplo para ele e não alguém para ser criticado: ‘esse policial não vale nada, mal vestido, mal educado’...”.

Em suma, para estes delegados o que a população espera da polícia é o bom atendimento, como em qualquer outro serviço. O bom atendimento começaria no momento do registro do Boletim de Ocorrência e terminaria na investigação do caso, tudo isto feito com agilidade e eficácia.

Para um dos presentes, este processo iniciaria antes da ocorrência policial. Na sua opinião, a população espera, em primeiro lugar, que não haja crime e, para que isto ocorra, ela espera que a polícia esteja na rua. Em outras palavras, pode-se dizer que a população deseja que o policiamento seja preventivo. Se, entretanto, o fato ocorrer, a população espera ter na delegacia um atendimento rápido e eficaz e, ainda, que seu caso seja investigado, ou seja, espera que a polícia cumpra o seu papel. Na opinião deste policial, as expectativas da população não diferem das expectativas de ninguém.

“São fases. A pessoa espera que não aconteça algo com ela. Então, o que população deseja? Que não aconteça. Para não acontecer, a polícia tem que estar presente lá, na rua, ali no quarteirão dela, de preferência. Muito bem, aconteceu, ela vai para a delegacia. Ela quer um bom atendimento na delegacia, tudo aquilo que já foi dito, desde o tratamento do policial para com ela e o atendimento rápido. Depois disso, qual a terceira fase? A investigação. (...) Então, o que a pessoa espera? Que não ocorra, que tenha um atendimento rápido e que tenha uma investigação posterior, é isso que se espera, que qualquer ser humano espera. (...) Então, diria o seguinte: a população quer alguém perto dela, um policial próximo, o ideal seria sabe o que? Você vai dizer ‘isso é brincadeira’, seria um policial em cada rua, porque o indivíduo deixa de praticar o crime se ele verificar a presença de um policial, ele vai dizer: ‘opa, não é aqui a minha área’. Então se tiver um em cada área não seria ótimo isso? E outra, a população conhecer o policial pelo nome, até ter o celular dele se puder, o policial ter o celular cada um. O que mais, e o bom atendimento? (...) É uma somatória, então eu acho que a população espera e nós esperamos também, porque o que elas esperam é o que nós esperamos, nós queremos dar esse bom atendimento”.

Um outro delegado presente concordou com o que foi dito pelos colegas, mas acrescentou que a polícia não deve ficar esperando que o Estado aja, pois cabe a ela própria proporcionar ao cidadão o bom atendimento.

“Mas, por outro lado, compete a nós proporcionarmos isso daí. Fechar os olhos e esperar que o governador faça, não vamos conseguir nada não. Eu acho que a DEPART [delegacia participativa] é muito bom, acho que isso daqui vai trazer frutos a médio prazo, não vai trazer a curto prazo. Enquanto isso não chega, nós devemos, temos uma obrigação moral com a sociedade de proporcionar isso a ela”.

Um dos presentes mencionou que a população espera da Polícia Civil mais agilidade na investigação criminal. Na sua opinião, para corresponder às expectativas da população não é necessário munir a Polícia Civil com armamentos pesados ou viaturas de grande porte, porque isto é esperado da Polícia Militar.

“Polícia de choque? A população não está esperando isso da Polícia Civil. Está precisando sim da agilização, do boletim de ocorrência, do auto de prisão em flagrante, da investigação, do inquérito ser rápido. Acho que isso todo mundo, todo mundo que eu falo é “interna corporis”, porque de repente o governador não sabe, porque ele só fala de viatura, armamento.”

Esta foi a única fala que mencionou que a população não apenas conhece o trabalho de cada uma das corporações policiais, como também sabe distinguir as suas expectativas em relação a elas.

Os delegados mencionaram, ainda, que a população busca a polícia para resolver todos os seus problemas, que vão desde vagas na escola até a solução de conflitos de interesses. A expectativa de que a polícia resolva estes problemas sociais deve-se ao fato de que a delegacia de polícia é o único órgão que está a disposição do público em tempo integral.

“E outra coisa, a polícia hoje, como o colega disse, está sempre aberta, 24 horas por dia. Polícia Civil. O que se busca? Solução de conflitos de interesses. Não é só quem foi assaltado que vai à delegacia, é a vizinha, é ameaça, é estelionato, é o síndico de condomínio que tem problema. Então, muitas vezes, eles procuram a polícia para solução de problemas, ilícitos civis, assuntos que não dizem respeito à polícia e sim ao Judiciário, ao Ministério Público ou outros órgãos”.

Esta expectativa de que a polícia pode resolver todos os problemas estaria relacionada não só ao fato de que é o único órgão público que fica em tempo integral à disposição da população, mas também a um desconhecimento generalizado sobre qual seria a competência da polícia.

“(…) Deveria ser feita uma campanha de esclarecimento à população, para que ela vá reclamar no lugar certo. Se a pessoa está com dor de dente não adianta ir ao médico, tem que ir ao dentista. Acho que deveria ser feita essa campanha de esclarecimento com todos, a quem cobrar, para não cobrar errado, não é verdade?”.

De modo geral, os delegados acreditam que a população espera que a Polícia Civil preste um bom atendimento, solucionando seus casos e oferecendo-lhe proteção.

3. Forma de policiamento ideal

Na opinião de alguns presentes, para melhorar o policiamento é necessário que se faça uma reforma administrativa na área de segurança pública. Esta reforma, pensada em termos de gestão, passaria por dois pontos: a) o remanejamento dos recursos e do efetivo

policial; e b) a valorização do policial - seja em termos de capacitação ou de remuneração.

“Uma polícia ideal, boa, não requer grandes investimentos. Requer o que? Pessoas que saibam administrar a polícia, quer na Secretaria de Segurança de Pública, quer na Delegacia Geral da Polícia, quer no Comando da Polícia Militar”.

“Hoje eu acho que nós estamos com viaturas até suficientes. Recebemos duas agora, até descaracterizadas, está ótimo, e pessoal para dirigir. Então, tem que ter, por isso que eu falo: ‘administradores’, para ver o que é preciso de verba para segurança pública, para atender todas as necessidades ‘xis’, e depois saber aplicá-las no local certo. Então, tem a redistribuição, precisa reavaliar isso, agora, então é reavaliar em termos de efetivo, de colocação, mas com certeza também aumentar o orçamento para aplicar na segurança pública. (...) Colocar tudo num papel, distribuição de pessoal, material, tudo mais e trabalhar”.

Além disso, para chegar ao policiamento ideal, é necessário, ainda, que haja um investimento maciço na qualidade do policiamento, que se daria através de uma política de valorização dos recursos humanos, que passaria pelo aumento salarial e pela especialização dos profissionais.

“Então, o que nós precisamos ter na Polícia Civil? Qualidade. (...) Não é só salário, viatura e armamento. A Polícia Civil precisa realmente valorizar o homem dando aumento imediatamente. Não é só à polícia, mas o funcionalismo público que está completamente desmotivado”.

“Temos que estudar, por isso que eu disse que o investimento no homem é muito importante. Seja com recursos do Estado ou não, seja com as universidades públicas, ou com a própria instituição ministrando curso ou então pagando curso para o policial sim. Mas não vamos elitizar, só dar curso para meia dúzia, vamos dar curso para todo mundo, todo mundo tem que ter o direito de fazer a pós-graduação, com os nossos vencimentos não vamos conseguir. Então temos que arrumar isso aí do Estado, seja até com a iniciativa privada, algum investimento. É com investimento na pessoa que vamos sair da crise. Essa é a minha opinião”.

Os delegados salientam, entretanto, que não há uma preocupação dos administradores públicos em investir na polícia, melhorando as condições de trabalho e, por conseqüência, o policiamento.

“O orçamento da Secretaria de Segurança Pública acho que influencia muito na qualidade de relacionamento quando falamos do atendimento. Se o investimento não é pesado, não é maciço na apresentação e no próprio

homem, como vamos dar um atendimento melhor? (...) A polícia devia se preocupar. Não diria nem a polícia e sim a Secretaria, já que é o órgão de execução do governador para assuntos de segurança pública. Deveria ter muito mais investimento, para investir na parte do material físico e também no seu pessoal, seja nos vencimentos, que eu acho muito importante, porque ganhando bem podemos suprir as lacunas que o Estado deixa, seja no investimento, nos cursos. Eu acho que o Estado devia pagar cursos para os seus policiais, cursos dentro da administração pública e fora da administração pública. O dinheiro existe, está no orçamento, vamos gastar, eu acho que é muito melhor gastar com isso do que gastar com viatura”.

Como pode ser observado, o aspecto mais ressaltado relaciona-se ao gerenciamento dos recursos da área de segurança. É quase unânime entre os delegados que para atingir um policiamento ideal não é necessário grandes transformações ou investimentos. A polícia necessitaria apenas de uma melhor administração.

Participação da comunidade

Um outro tema discutido com os delegados foi sobre a participação da comunidade nos assuntos de segurança pública, ou seja, qual papel ela pode exercer no processo de decisão de políticas públicas de segurança. Esta foi, entre todos os temas debatidos, a questão na qual os delegados mais divergiram.

Para dois delegados, a comunidade não tem interesse em participar dos assuntos de segurança. Um deles acredita que, para a comunidade participar, seria necessário que a polícia estimulasse, pois as pessoas só participam de algo quando têm um interesse muito pessoal.

“O que iria estimular você a nos procurar, a querer uma parceria? Percebe? Qual é o estímulo? Eu trabalho para ganhar dinheiro para comprar uma casa, para comprar um carro, para me vestir bem. Qual o estímulo que a população tem? O que teríamos que oferecer? (...) O que teríamos que fazer para estimular a comunidade a se interessar a nos ajudar, em participar mais, qual seria esse estímulo? É por aí. Ela própria vai dizer ‘vamos fazer tal coisa, vamos fazer reunião, vamos fazer não sei o que’, mas eu acho que o ponto principal é ‘que estímulo ela teria para poder fazer isso para nós, ou participar mais?’”.

Outro acredita que não há nenhum interesse da população em participar, comparando esta atitude à reunião de condomínio, na qual ninguém vai, mas também ninguém quer ter problemas.

“A população, a comunidade não está interessada em se aproximar da polícia. Essa é a sensação de quem está trabalhando no dia a dia na delegacia, é muito raro ver alguém (...) A sensação que impera é que com a sociedade é a mesma coisa que com a reunião de condomínio: não vai ninguém, vai meia dúzia, é o síndico, conselheiros. Eu, particularmente, não vou. Eu quero pagar o condomínio no final do mês e ter um bom serviço. Não quero ficar lá discutindo até meia-noite... (...) Teria sim que se aproximar, em ter um serviço quando precisar”.

Houve, ainda, um outro delegado que afirmou que o papel da população neste processo é apenas o de informar a polícia, e que a única forma que ele percebe de participação seria através do voto.

“Com todo respeito, eu acho que a população tem que entrar com dois ingredientes só, confiança e fidelidade, só. Ela tem que confiar na polícia e ser fiel à polícia. Ela vai fornecer simplesmente informação e testemunho, mais nada. (...) então confiança e fidelidade. Em outro nível ela pode participar elegendo bem os deputados, senadores, os seus governantes, para que eles elaborem melhor as leis. A polícia é legalista, a polícia aplica só a lei. Se a polícia não pode sozinha ingressar no domicílio alheio, depende de uma ordem judicial e depende em consequência do bom humor do juiz, a culpa não é do delegado, a culpa é de alguém, não é do delegado”.

As informações fornecidas pela população à polícia foi uma das formas de participação destacadas durante as discussões. Neste sentido, a criação de serviços como o disque-denúncia foi lembrado como um dos mecanismos que favorecem essa participação da população.

“Uma forma efetiva de participação é o disque denúncia, foi uma das melhores coisas que foi instituída, o sistema de disque denúncia. (...) A polícia vive de informação, eminentemente trabalhamos com informações. Se não tiver informações não tem polícia, não tem combate à criminalidade. Eu não tenho como saber que a cem metros da delegacia tem um depósito de contrabando, é difícil, tem um comércio, loja. O disque-denúncia foi excelente, o resultado é muito bom. Ainda existem algumas arestas a serem aparadas, inclusive, no que diz respeito à mesma denúncia que vai para diversos órgãos. Então o investigador chega lá e escuta: ‘mas é a terceira vez que a polícia vem aqui’, então, a PM vai primeiro, depois a civil, depois a seccional, depois vai o Decap. Essa é a forma de participação efetiva, de resto estamos precisando de dinheiro para trabalhar, motivação”.

Também foi ressaltado que uma das formas da população contribuir com a polícia seria se organizando para persuadir e cobrar dos poderes públicos mudanças e melhorias para a área de segurança.

“Só tem uma maneira: a população se instituir em grupos e provocar a participação”.

“Nós temos sim que levar para eles as sugestões para que mude esse estado de coisas. Eu acho que esse fórum é um dos locais para se debater isso e para se tirar soluções. A pressão da sociedade civil organizada é que vai mudar isso. Os delegados sozinhos não vão conseguir”.

“A população deve exercer a sua cidadania, cobrar do Estado, ir aos meios de comunicação, vir a participar de congressos, de atos. Por quê? Porque a polícia é do Estado e o Estado é feito pela sociedade que se organiza e resolve dar parte da sua liberdade, dar parte dos seus direitos para o Estado, para que o Estado venha resolver os seus problemas de uma forma coletiva. (...) Eu acredito que a população, a sociedade deve participar da forma como toda sociedade participa, em reuniões da Sociedade Amigos de Bairro, Conseg...”

A participação da população foi relativizada na opinião de um dos delegados. Uma vez que, para ele, a participação da população não exclui o Estado de sua responsabilidade nas questões de segurança. Ao seu ver o Estado, ao não assumir esta responsabilidade, torna-se fragilizado.

“(...) Sinceridade? A população não tem que colaborar. Nós é que devemos prestar essa colaboração à sociedade, é isso, o ponto final é esse: não depender de uma colaboração da sociedade. O Estado é que deve prestar essa assistência, entendeu? A partir do momento que você pede uma colaboração está demonstrando fraqueza, fragilidade, entendeu? E o Estado não pode demonstrar fragilidade”.

4. Obstáculos para a implementação do policiamento ideal

Espontaneamente os delegados apresentaram uma série de obstáculos que impedem um policiamento melhor e mais eficaz. De uma forma geral, os principais aspectos ressaltados dizem respeito à falta de condições de trabalho, como: precariedade da estrutura física, ausência de recursos humanos e, ainda, excesso de horas de trabalho. Todos estes fatores reunidos impedem que a Polícia Civil desempenhe, a contento, sua função de polícia judiciária.

“Você chega na delegacia. O que acontece? O policial muitas vezes trata você de forma que não é a correta. Então por que esse policial trata daquela forma? O que acontece com ele? É claro, vamos desde o aspecto das condições de trabalho. O policial está sempre trabalhando, 12 horas ou mais naquela tensão. Além do que ele está atendendo aqui na frente, atrás dele tem cento e poucos presos, que ele também tem que tomar conta. Ele não sabe se ele olha para frente ou para trás. Então cria uma tensão muito grande. No final que tratamento esse policial vai dar para essa pessoa?”

“Quantas vezes nós, nos plantões aí, presidindo um flagrante, ao mesmo tempo temos que parar de digitar para ver se estão fazendo buraco nos fundos do distrito policial. Eu já trabalhei tanto na periferia como em bairros com melhores condições, então eu já vi das duas, todos nós aqui. (...) Recursos humanos é imprescindível na Polícia Civil, então vem aquela dicotomia quantidade-qualidade. Nós não temos quantidade, realmente não temos, nós não temos escrivães, não temos investigadores, na maioria dos distritos policiais, onde tem que ter pelo menos 5 delegados de plantão e um delegado assistente e um delegado titular, funciona com um delegado titular e 4 plantonistas”.

“Como disse o colega aqui, acho que deveria rever esse sistema de plantão, é muito sacrificante para um delegado, para uma equipe de plantão trabalhar 12 horas num plantão, com apenas um escrivão, na maioria das vezes. Às vezes, não têm nem dois investigadores, porque normalmente a equipe têm dois investigadores, mas muitas vezes não tem investigadores suficientes, trabalha até com um e um carcereiro e com 180 presos nas costas do delegado. Então o delegado quando pega em flagrante delito, na verdade, pára a delegacia. Por que pára? Só tem um escrivão. Vai ter que fazer aquilo, muitas vezes vai chegando ocorrência, porque numa delegacia chegam ocorrências uma atrás da outra e as pessoas ficam ali esperando meia hora, 40 minutos e ela não entende o por quê disso. Na verdade elas pensam que aquilo ali é daquela equipe, mas não é, é do sistema de plantão. (...) Então deveria, para dar um relacionamento melhor para a sociedade, ver esse sistema de plantão. Pois é ali que é o cartão de visita da polícia”.

“Acerca das dificuldades que o delegado plantonista tem na sua atribuição, como o colega falou, 24 horas por dia de Segunda a Segunda. (...) Isso é um fato, como o policial com a sua auto estima baixa pode tratar bem?”.

“O pessoal que trabalha na periferia é uma carga violenta de trabalho. Como você pode ter um contato mais pessoal com 600 mil habitantes, se é um delegado de polícia para cuidar disso aí e mais alguns plantonistas? São 7 delegados no máximo, é impossível, é totalmente impossível”.

Para os delegados a falta de recursos humanos em muitas delegacias, deve-se não a falta de efetivo, mas a inadequada distribuição dos quadros já existentes, o que provoca o inchaço em determinadas unidades policiais enquanto outras estão vazias.

Em relação aos recursos humanos, além da falta de pessoal nas delegacias, os principais pontos negativos são: 1) a ausência de uma política de valorização dos quadros, seja pelo baixo valor dos salários ou pelas condições de trabalho, que, na sua opinião afetaria diretamente a auto-estima dos policiais; e 2) a ausência de vocação de muitos policiais. Os delegados percebem que estes fatores estão relacionados à ausência de uma política institucional, o que seria um forte obstáculo para pensar qualquer mudança dentro da Polícia Civil.

(...)Então otimização do trabalho o que é? É uma liderança, treinamento, tem que ter curso para liderança, fazer curso para o pessoal de liderança, para chefia, por que qualquer um pode ser chefe? Não é não. O cara tem que ter uma vocação para ser chefe também”.

“Eu preciso de delegados com mais vocação, com mais experiência, com maior treinamento”.

“Questão da vocação, acho muito importante, acho que todos nós aqui da mesa, até pelo tempo de serviço somos vocacionados. Mas hoje sabemos que os escrivães, investigadores e até delegados ingressam porque é uma oportunidade de emprego, é uma forma de ingressar no serviço público. É uma forma difícil, mas diante da dificuldade do que se vê por aí, é uma alternativa e as pessoas estão entrando sem mesmo saber o que é uma arma de fogo, o que é uma informação, como trabalhar uma informação e a academia se torna impotente para moldar aquela pessoa totalmente sem vocação para ser um policial. Então, temos alguns desastres por aí”.

5. Sugestões para melhorar o policiamento

Os delegados fizeram uma série de sugestões que acreditam, se incorporadas, facilitaria o trabalho e melhoraria o atendimento à população. Os pontos que consideram que necessitam de uma reavaliação urgente são: 1) a unificação das duas polícias, 2) a descentralização das delegacias especializadas; 3) encaminhamento dos casos em flagrante para as delegacias seccionais; 4) a instauração de delegacias participativas; 5) a simplificação do inquérito policial; 6) critérios mais rígidos para o ingresso na carreira de policial civil; 7) policiamento preventivo; e, por fim, 8) a melhoria das condições de trabalho, seja em termos de recursos materiais ou humanos. À exceção de alguns pontos

que dependem de mudança constitucional, a maioria das propostas feitas pelos delegados dependem, na sua opinião, ou de decretos ou de uma melhor administração, que para os delegados traduzem-se em “*vontade política*”. Desta forma, todas as medidas que dependem exclusivamente do poder Executivo poderiam ser tomadas a curto prazo.

1. Unificação das Polícias Civil e Militar

Em relação à unificação das polícias, não houve um posicionamento unânime. Para alguns delegados, a unificação é imprescindível para melhorar a atuação da polícia, pois diminuiria a duplicação de trabalho e aumentaria o efetivo policial. Não haveria mais, na opinião dos que defendem a unificação das polícias, a necessidade de existir um corpo militarizado, pois isto se relaciona ao passado. Além disso, defendem que as polícias sejam unificadas em um corpo civil, e que a atribuição de conduzir o inquérito policial continue com os delegados, ainda que seu cargo mude na unificação. Outro argumento apresentado foi o aumento do efetivo, que ocorreria naturalmente com a unificação dos dois corpos policiais.

“(...)Por que precisamos de duas polícias? Às vezes umas rivais à outra, uma entrando na atribuição da outra, uma não se entendendo com a outra. Por que nós precisamos de Polícia Militar? Isso foi no tempo da ditadura, há 30 anos, que existia a polícia para reprimir certas coisas de cunho político. Hoje não, hoje é sociedade civil, por que não se unificam as polícias, juntam as duas corporações, juntam os dois sistemas de trabalho num só, junta todas as condições que tem as duas polícias para trabalhar melhor em prol da população? Acho que seria uma coisa importantíssima essa unificação e depende de nós essa pressão tanto aqui na Assembléia, com o governador e em Brasília. Eu acho um absurdo ainda estarmos nessa dicotomia até hoje. Todo mundo sabe que a Polícia Civil e a Polícia Militar não se entendem, existem atribuições conflitantes, existem dois comandos, numa casa dois mandando. Duas pessoas mandando, com ordens diferentes, a casa vira uma bagunça, ainda mais duas corporações grandes como a polícia. São 40 mil homens de um lado e 70 mil do outro, por que não unir? Por que não ser uma polícia só, civil, dirigida, não interessa por quem dirigida, o certo é dirigir. Aqueles que têm formação jurídica poderiam dirigir a polícia e não precisamos de soldados no quartel fazendo ordem unida e batendo continência, a sociedade não precisa disso. A sociedade precisa de uma Polícia Civil que atenda a população”.

“(...) A unificação é muito importante, acho que pode unificar. Se eu vou ser chamado de capitão, coronel, pouco me importa, pode mudar a designação do meu cargo. Só não mude a minha função, não retire de mim o inquérito policial, não retire de mim a investigação, que eu faço muito bem e tenho certeza de que todos aqui da mesa fazem. Fazemos

mais do que nós podemos, usamos de nossas horas de folga para fazer isso“.

“(...) A PM vem de 1970, foi uma extinção da força pública, um braço armado do Estado (...) Nós temos que ter polícia, polícia no mundo inteiro é civil, eminentemente de caráter civil. Então uma autoridade policial que não pode determinar a um soldado o que ele deva fazer e ele vem ‘eu preciso falar com o cabo’. Então que autoridade é você? Num plantão policial onde eu tenho só dois investigadores, às vezes estão atendendo um local de crime e eu venho com uma outra notícia de crime eu tenho que pedir para o soldado, para o soldado pedir para o cabo. Então, o cabo pedir para o sargento e o sargento localizar o tenente, porque de capitão para cima não trabalha mais a noite, salvo algumas exceções. (...) E a vítima esperando, muitas vezes o corpo estendido no local”.

2. Descentralização dos Departamentos Especializados

Um outro ponto levantado pelos presentes foi a descentralização dos departamentos especializados, que teria como objetivo principal a desburocratização dos procedimentos e a otimização de recursos humanos e materiais. A descentralização seria trazer para cada um dos distritos policiais o trabalho realizado pelas delegacias especializadas. Cada delegado titular teria um delegado assistente para cada uma das modalidades criminais, e não vários delegados cuidando de todos os delitos. Segundo o delegado que fez a proposição, este esquema poderia não apenas auxiliar o trabalho dos policiais, como também reduziria os custos financeiros, pois otimizaria os recursos humanos e materiais.

”Poderia se fazer uma pequena experiência de departamentalizar as unidades. Teria que ter uma área só para investigar patrimônio, uma área só para fazer acidente de trânsito, departamentalizar a delegacia. Se tiver roubo a banco, autoria desconhecida, vai para Delegacia de Roubo a Banco, se tiver um homicídio e não se conseguiu estabelecer a autoria vai para a Divisão de Homicídios e assim se divide entre os departamentos. Se pegasse uma unidade para fazer um modelo, para ver qual vai ser o resultado de Infocrim, da redução de incidência criminal, naquela determinada área. Colocaria um delegado titular da unidade, com vários assistentes. Ele teria um assistente só para o patrimônio, um assistente só para homicídio e dividiria a maior incidência da área entre os delegados, fora o plantão. Faria um plantão com três turnos e ao invés de ter cinco delegados para dois turnos, você precisaria de dez delegados para fazer três turnos e assim conseqüentemente aumentar o número de

funcionários. Seria possível? Seria, com aquelas unidades que estão trabalhando a nível departamental para essa área, que já é um pessoal treinado. Resolveria? Resolveria. Reduziria o acervo da unidade, a população teria um contato mais imediato com aquelas unidades da sua circunscrição, você teria maiores condições”.

A idéia deste delegado é centralizar todos os serviços no distrito policial. Ele sugere que seja feito um plano piloto, inicialmente centralizando os plantões.

Um outro delegado afirmou, inclusive, que a idéia já está sendo avaliada pela administração, que estuda a possibilidade de instrumentalizar os distritos policiais, auxiliando o trabalho desenvolvido pelos delegados, algo parecido com os centros de apoio operacional do Ministério Público.

“(...) Acho que já existe um estudo nesse sentido, mas não para pôr fim aos departamentos, mas para instrumentalizar melhor as delegacias de polícia, as seccionais. Mas existe uma idéia até de uma nova concepção do plantão policial com a utilização dos delegados na parte especializada, atividade fim e não ficar esperando a chuva cair para depois limpar o quintal”.

A descentralização das delegacias especializadas é vista, por parte dos presentes, como um bom caminho para a otimização dos trabalhos, pois, além de reduzir os custos financeiros, diminuiria a carga de trabalho.

Essa sugestão evidencia a preocupação dos delegados em tornar mais eficaz o atendimento prestado nas delegacias, desburocratizando os procedimentos e melhor empregando os recursos físicos e humanos existentes.

3. Encaminhamento dos casos em flagrante para as delegacias seccionais

A idéia do encaminhamento dos casos em flagrante para as seccionais foi apoiada por dois delegados, que defendem a sua implementação em curto prazo.

“(...) Pode fazer amanhã, são 8 seccionais (...) Pode deixar no prédio da seccional, não precisa pegar outro prédio. Se cada prédio desse um titular e um assistente para presidir os flagrantes, com dois escrivães, você vai otimizar o trabalho. Cada seccional, são 8 seccionais, então o delegado está lá de plantão fazendo as ocorrências, chegou o flagrante já encaminha para a seccional. Então você vai ter um titular, um assistente, um corpo de escrivães, que lá não vai precisar de investigador, para agilizar a lavratura do feito”.

Este delegado não só apóia a idéia, como a considera importante para poder responder, em curto prazo, os anseios da sociedade.

“Se você criar um prédio bem localizado, com austeridade, para a cidade de São Paulo, onde você vai realizar os flagrantes acho que o serviço vai ficar muito melhor, rápido e com a valorização daquele policial. (...) Então, eu acho que a central de flagrantes num prédio bem localizado, com demonstração de autoridade pode melhor atender os anseios num curto espaço de tempo. (...) Acho que a partir do momento que você tiver um delegado titular e um assistente do plantão de flagrantes, você tiver cinco escrivães de polícia, você pode fazer cinco flagrantes ao mesmo tempo”.

Com esse procedimento, de acordo com os participantes, seria possível agilizar o trabalho e prestar um melhor atendimento.

4. Instauração de Delegacias Participativas

Parte dos delegados presentes acredita que uma boa solução para melhoria do policiamento seria a instauração, em todas as unidades policiais, das delegacias participativas. Para alguns, as delegacias participativas, além de serem um caminho sem volta na melhoria do atendimento à população, são um importante fator para resgatar a auto-estima dos policiais. Alguns delegados mencionam que há, por parte deles, uma resistência a trabalhar com outros profissionais, mas afirmar que está na hora de rever esta postura e tentar implementar, o quanto antes, estas delegacias.

“A gente reluta um pouco com a presença de pessoas estranhas... advogados, assistente sociais, psicólogos, a gente reluta um pouco nesse sentido. Mas a gente tem que tentar. Eu acho que seria uma boa idéia colocar um assistente social ali, um estagiário de Direito, enquanto está novo, enquanto o cara está motivado, está querendo aprender, está querendo ajudar, ganhar experiência, então isso seria uma alternativa boa. (...) Delegacia de polícia, daqui um tempo, vai acabar participativa, porque vai ser natural, nós vamos nos acostumar com tudo isso aí, nós vamos estar acostumados com a participação de outros setores da sociedade, assistente social, ou seja o que for”.

“A delegacia participativa, apesar de vagarosa a sua implantação, eu tenho certeza de que o caminho é esse (...) A delegacia participativa, no meu ponto de vista, é um caminho sem volta para valorização da Polícia Civil e para que a delegacia seja um ponto de referência...”.

As delegacias participativas parecem ser uma boa oportunidade para aproximar polícia e comunidade e melhorar o relacionamento entre ambas, pois oferecem respostas rápidas às demandas da população, em especial àquelas que não se restringem à polícia.

5. Simplificação do Inquérito Policial

Alguns delegados defendem que o seu trabalho seja otimizado pela simplificação dos inquéritos policiais. Segundo aqueles que fazem esta proposta, o inquérito policial (IP) é um procedimento burocrático e supérfluo, pois as informações mais importantes já estão presentes no boletim de ocorrência.

“(...) Deveria haver uma desburocratização do nosso atendimento, é muito burocrático. Um boletim de ocorrência tem todas as informações necessárias para um flagrante. Você tem que fazer qualificação, isso tudo previsto no Código de Processo Penal, qualificação, vida pregressa, ofício não sei para quem, é uma burocracia danada. Então, simplificar o nosso trabalho. Está tudo no boletim de ocorrência, o boletim de ocorrência é completo, é circunstanciado, seria uma alternativa boa. É rapidez no atendimento, você está vendo, aquilo não serve para nada, ninguém vai ver aquilo, você põe ali ninguém vai ver, o promotor passa assim, nem olha, olha o BO e o corpo do flagrante, nem o relatório do delegado. Então, desburocratizar... Não extinguir [o inquérito policial], simplificar o inquérito policial e ser mais objetivo; o Boletim de Ocorrência tem todas as informações que você precisa”.

(...) Temos que simplificar realmente o inquérito policial. Então, são várias peças no inquérito, até aquilo ser impresso, até colocar todos os dados, se possui casa própria ou não, se tem emprego, quantos filhos. O que isso me interessa num primeiro momento de um auto de prisão em flagrante? Então, você tem que preencher vários formulários. Isso realmente onera muito o nosso trabalho”.

Esta proposta é defendida também por policiais militares e por membros do Ministério Público, que acreditam que este procedimento, além de extremamente burocrático, é desnecessário. Este tema é, inclusive, proposto em um projeto de lei, que está tramitando no Congresso Nacional (Projeto de Lei Nº 4.209, de 2001).

6. Ingresso na carreira

Alguns dos presentes identificam que parte dos problemas está relacionado a policiais que ingressam na carreira mas não têm vocação para exercer a função ou

pessoas cuja vida pregressa compromete o trabalho. Na opinião de muitos, são estes policiais que fazem com que toda a corporação seja desacreditada pela população.

Para sanar estes problemas, a proposta de alguns participantes é que se tenha critérios mais rígidos para a seleção dos policiais. Estes critérios deveriam fazer uma rigorosa avaliação da vida pregressa de cada um dos candidatos, bem como avaliar se os candidatos têm ou não vocação para ingressar na carreira. Dois dos presentes afirmaram que o policial que não tem vocação não vai fazer seu trabalho direito, pois ingressou na polícia apenas pela garantia de um emprego.

“(...) De que forma está sendo feita admissão dos policiais? Precisa reavaliar isso. Está certo, se eu coloco um cara neurótico, eu estou vendo ali na banca que ele é neurótico e estou colocando ele na polícia, ‘esse cara vai me dar problema’. Então começa pela academia de polícia, tem que analisar também os padrões, a vida desse policial lá fora, antes de ser policial, como era...”

“Hoje sabemos que os escrivães, investigadores e até delegados ingressam porque é uma oportunidade de emprego, é uma forma de ingressar no serviço público. É uma forma difícil, mas diante da dificuldade do que se vê por aí é uma alternativa. As pessoas estão entrando sem mesmo saber o que é uma arma de fogo, o que é uma informação, como trabalhar uma informação e a academia se torna impotente para moldar aquela pessoa totalmente sem vocação para ser um policial. Então, temos alguns desastres por aí (...) Mas eu acho que há possibilidade de se melhorar os concursos, de se fazer uma análise melhor da vida pregressa do candidato e depois a formação deixá-lo mais naquilo que nós queremos de uma polícia”.

“Vocação, uma coisa que eu acho também que teria que ser revista essa parte dos recursos humanos. Muita gente hoje não está entrando vocacionada na polícia. Ele entra para ter um emprego de fazer um plantão e ir embora”.

7. Policiamento preventivo

Alguns participantes acreditam que, para melhorar o policiamento, é necessário que a polícia esteja na rua, oferecendo à população a sensação de segurança e inibindo a ocorrência de crimes. A proposta para isso é a de aumentar o efetivo policial, mais especificamente, o número de policiais militares.

“É preciso aumentar o efetivo, ter gente na rua, policiamento na rua, onde diminui a criminalidade, onde a pessoa vai se sentir mais tranqüila de sair

de casa, porque ele sabe que se eu virar a rua eu vou ter um policial ali, se eu virar outra rua eu vou ter outro. Agora, tem que ter boa vontade. (...) É polícia na rua, é o meu ponto de vista, falando curto e grosso”.

“Precisa ter um preventivo, precisa ter polícia na rua, é óbvio”.

“Segurança, sensação de segurança é polícia na rua mesmo. Se tiver um policial na esquina, se tiver o policial em cabines diminui a criminalidade (...) Sensação de segurança é decorrente da sua insegurança, porque você tem medo de ser assaltado na próxima esquina. O que diminui essa insegurança? É polícia nas cabines, não é verdade? Não tem discussão a mais... é polícia na rua”.

É importante ressaltar que os delegados percebem que a insegurança da população derivaria apenas do número insuficiente de policiais nas ruas e, por isso, suas propostas para diminuir a sensação de insegurança da população referem-se, basicamente, ao aumento do efetivo policial.

8. Melhoria das condições de trabalho

Os delegados defendem que a melhoria das condições de trabalho teria reflexo direto na melhoria da qualidade do serviço que é prestado à população. Os presentes acreditam que é necessário atacar os seguintes pontos: a) remanejamento de policiais; b) retirada de detentos do DP; c) aumento de salário; d) equipamentos (viaturas, computadores); e) treinamento; e f) carga horária.

Na sua opinião, parte dos pontos pode ser melhorada a partir de uma melhor gestão dos recursos, é o caso do remanejamento e de equipamentos. Segundo alguns delegados, há muita unidade com funcionários a mais do que necessitam e outras com funcionários a menos. É o mesmo caso dos equipamentos. Para alguns, o número de viaturas é suficiente, faltando apenas uma melhor distribuição. O que faltam na realidade, em termos de equipamentos, são computadores e viaturas descaracterizadas.

“Fecharam-se delegacias que tinham delegados. As delegacias reabriram e onde estão os delegados?”

“Precisa reavaliar a redistribuição. Reavaliar em termos de efetivo, de colocação”.

“É preciso de um remanejamento interno, eu já trabalhei em uma delegacia que tinha um delegado titular, dois assistentes, cinco, seis

escrivães, para fazer um BO por dia. Aí você vai para uma delegacia de periferia e você tem 4 plantonistas”.

“Nós não precisamos mais de viaturas, tem muita viatura a Polícia Civil, agora descaracterizada para investigar a gente não tem (...) Todo mundo tendo o seu 38, a sua 40, está ótimo, não vamos fazer controle de distúrbio civil (...) Não é só salário, viatura e armamento, a Polícia Civil precisa realmente valorizar o homem dando aumento imediatamente, não é só à polícia, mas o funcionalismo público que está completamente desmotivado”.

“Acho que a Polícia Civil não precisa de Blazer, não precisa de viatura tipo vendedor de cachorro quente, não precisa. Precisamos sim de viaturas descaracterizadas, pode ser um carro popular, não tem problema nenhum. (...) Para o dia a dia, os equipamentos que nós precisamos são os computadores (...) Os nossos equipamentos, os nossos programas não atendem às nossas necessidades”.

O aumento de salário e um melhor treinamento seriam essencial para a revalorização do profissional, elevando a sua auto-estima. O que ocorre, atualmente, na opinião de alguns delegados, é que a polícia não atende bem a população porque está com a auto-estima baixa, não se sente valorizado pelo seu trabalho. Além disso, o policial deve buscar alternativas fora para complementar seu salário.

“Os salários estão baixíssimos. Eu mesmo já tive muitas atividades fora. Já várias vezes tirei o meu plantão, folguei três dias para trabalhar fora, para complementar o meu salário”.

Aliados a estes problemas há outros que, na opinião dos delegados, interferem negativamente na qualidade do trabalho: os presos no distrito policial e a carga horária. Para os participantes, estes dois pontos são responsáveis pela tensão permanente do trabalho.

“Eu acho que a saída dos presos facilita o trabalho policial na medida em que os policiais não têm uma preocupação a mais com as suas costas (...) Fim dos presos na delegacia; otimização dos recursos humanos com valorização do policial”.

“O que se busca aqui é a otimização do trabalho policial. Na delegacia de polícia, os presos estão sendo retirados, essa é a política, a tendência é acabar por um breve período. Isso vai ser muito bom para nós, para acabar o quê? Porque tem muita gente na polícia dando desculpinha porque tem preso na cadeia e não quer trabalhar ‘porque eu tenho preso,

tenho mais que cuidar do preso'. Então acabou preso, acabou desculpa, não tem mais que ficar dando desculpinha..."

"Como disse o colega aqui, acho que deveria rever esse sistema de plantão. É muito sacrificante para um delegado, para uma equipe de plantão trabalhar 12 horas num plantão, com apenas um escrivão, na maioria das vezes, às vezes nem dois investigadores. Porque normalmente a equipe é de dois investigadores, mas muitas vezes não têm investigadores suficientes. Trabalha até com um e um carcereiro e com 180 presos nas costas do delegado. Então o delegado quando pega em flagrante delito, na verdade pára a delegacia. Por quê? Por que pára? Só tem um escrivão, vai ter que fazer aquilo. Muitas vezes vai chegando ocorrência, porque numa delegacia chegam ocorrências uma atrás da outra e as pessoas ficam ali esperando meia hora, 40 minutos e ela não entende o por que disso e, na verdade, elas pensam que aquilo ali é daquela equipe, não é, é do sistema de plantão".

Apesar de apontarem a necessidade de rever estes dois aspectos, os delegados não apresentaram propostas do que poderia ser feito para retirar os presos da delegacia. Quanto ao plantão, houve a proposta da centralização, mas nenhuma proposta de mudança da carga horária. Na opinião de um deles este esquema de carga horária, "12 horas diurna, folga 24, depois 12 horas noturna e folgam 72 horas", favorece o bico, por isso a mudança dos turnos só ganharia força caso houvesse, concomitantemente, um aumento de salário.

De maneira geral, os delegados defendem que todos estes pontos relacionados às condições de trabalho deveriam ser revistos imediatamente.

"Agora, fazer isso agora, saindo daqui. Tira os presos, coloca computador, revê o salário, melhora o salário da polícia. O cara não pode viver com mil reais em São Paulo, não pode viver com isso, não tem condição. Dá uma melhorada no salário e me cobre, aí pode cobrar 'amigo, não serve você vai embora', essa questão que eu entendo ser mais prática, urgente, isso é urgente. Isso tem que ser feito urgente. O resto é viatura, vamos ver qual é o ponto mais sensível, qual o ponto que tem maior necessidade de policiamento. Isso é questão de estratégia, nós temos isso, isso existe".

De modo geral, as sugestões apresentadas pelos delegados indicam que as mudanças necessárias para um melhor policiamento abrangem vários aspectos. Neste sentido, tem-se a própria reestruturação da polícia, por meio da proposta de unificação; alterações nos procedimentos adotados nas delegacias, a fim de proporcionar uma desburocratização; a necessidade das delegacias terem a presença de profissionais de outras áreas; melhoria das condições de trabalho. Enfim, são mudanças que privilegiam o

investimento tanto nas condições estruturais quanto no próprio profissional, a fim de se promover uma melhor eficácia do trabalho e um melhor atendimento à população.